

Desenvolvimento humano e hierarquia urbana: uma análise do IDH-M entre as cidades mineiras

Wagner Barbosa Batella¹, Alexandre Magno Alves Diniz²

RESUMO

Nas últimas décadas houve uma intensificação dos estudos acerca das cidades médias. Tais cidades ocupam posição de destaque na hierarquia urbana e são conhecidas, dentre outras características, por apresentarem uma qualidade de vida superior. Dentre as diversas propostas de mensuração da qualidade de vida, destaca-se o IDH-M (índice de desenvolvimento humano municipal), uma adaptação do IDH, produzido pela Fundação João Pinheiro e seus parceiros. Trata-se de um índice que visa representar a complexidade das condições de vida dos municípios, tomando-se como base as dimensões renda, longevidade e educação. O presente trabalho, com base em análises estatísticas e mapeamento coroplético, compara o IDH-M de 1991 e 2000, e suas componentes, entre as diversas classes de cidades mineiras, incluindo as metropolitanas, do colar metropolitano, centros regionais, cidades médias de nível superior, cidades médias propriamente ditas, centros emergentes e pequenas cidades. Os resultados revelam que algumas categorias intermediárias da rede urbana mineira demonstram IDH-M superior, corroborando os postulados teóricos acerca das cidades médias.

Palavras-chave: Hierarquia urbana, Cidades Médias, Qualidade de Vida, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

ABSTRACT

In the last decades the studies concerning the middle cities have had an intensification approach. Such cities occupy position of prominence in the urban hierarchy and are known, amongst other characteristics, for presenting a superior quality of life. Amongst the diverse proposals of measurement of the quality of life, the IDH-M is distinguished (índice de desenvolvimento humano municipal), an adaptation of the IDH, produced for the Fundação João Pinheiro and its partners. One is about an index that it aims at to represent the complexity of the conditions of life of the cities, being been overcome as base the dimensions income, longevity and education. The present work, on the basis of statistical analyses and choroplethic mapping, compares the IDH-M of the 1991 and 2000, and its components, enters the diverse classrooms of mineiras cities, including the metropolitans, of the metropolitan necklace, regional centers, middle cities of superior level, middle cities properly said, emergent centers and small cities. The results show that some intermediate categories of the mining urban net demonstrate superior IDH-M, corroborating the theoretical postulates concerning the middle cities.

Keywords: Urban hierarchy, Middle Cities, Quality of Life, Municipal Human Development Index

1 – INTRODUÇÃO

Na hierarquia urbana mineira, um grupo de cidades tem ganhado notoriedade nos estudos urbanos realizados, principalmente, por universidades e instituições de planejamento. Tratam-se das cidades médias. Elas se destacam por cumprirem um importante papel, enquanto organismos urbanos intermediários, na configuração da rede urbana estadual.

Ao longo da história de Minas Gerais, do ponto de vista demográfico, esse Estado se caracterizou como um grande expulsor de população, principalmente para a Região Metropolitana da sua capital, ou para outros grandes centros do Sudeste (Arruda e Amorim Filho, 2003). O crescimento dessas áreas trouxe consigo grandes problemas, tais como: poluição, trânsito caótico, aumento das taxas de crimes, dificuldades de atendimento às demandas de serviços públicos, enfim, uma miríade de problemas que são percebidos nas grandes cidades hodiernas.

Por outro lado, mais recentemente, nota-se uma mudança nesse processo. Os fluxos migratórios, que antes eram mais intensos em direção aos grandes centros, agora se caracterizam pela movimentação intra-regional e de curta distância, principalmente em direção às cidades médias, que vêm funcionando como barreiras contra a saturação dos centros maiores (Arruda e Amorim Filho, 2002). Uma outra característica dessas cidades se refere ao seu aspecto integrador entre as cidades de nível inferior e as cidades de nível mais elevado na hierarquia urbana.

Às características das cidades médias acima mencionadas, somam-se outras que somente ganharam notoriedade nos últimos anos. São aspectos que fazem parte de um conjunto de valores da sociedade contemporânea, sociedade essa que convive com os grandes problemas dos centros urbanos e que passam a exaltar aspectos como a percepção dos lugares, a busca por identidades individuais e coletivas, lugares que apresentam maiores fluxos turísticos e, principalmente, lançam-se na busca de condições que possibilitem uma melhor qualidade de vida.

No que se refere à qualidade de vida, em detrimento da existência de critérios subjetivos

intrínsecos ao imaginário humano, existem trabalhos que procuram dotá-la de um caráter mais científico. Dentre essas abordagens, merece destaque o IDH-M (índice de desenvolvimento humano municipal), uma adaptação do IDH, produzido pela Fundação João Pinheiro e seus parceiros. Trata-se de um índice que visa representar e medir a complexidade das condições de vida dos municípios, tomando-se como base as dimensões renda, longevidade e educação.

Diante da relevância dos estudos sobre qualidade de vida, o presente trabalho visa comparar o IDH-M de 2000, e suas componentes, entre as diversas classes de cidades mineiras, incluindo as metropolitanas, do colar metropolitano, centros regionais, cidades médias de nível superior, cidades médias propriamente ditas, centros emergentes e pequenas cidades.

2 – O PAPEL DAS CIDADES MÉDIAS NA HIERARQUIA URBANA

O Estado de Minas Gerais apresenta uma realidade bastante complexa. De acordo com Arruda e Amorim Filho (2002: 189), este Estado “... é sempre lembrado por sua diversidade física e socioeconômica refletindo dinâmicas diferenciadas na configuração do espaço”. Toda essa diversidade está refletida, ainda, no processo de urbanização diferenciado, pelo qual as cidades mineiras passaram. Processo esse que muito vem influenciando a localização das atividades econômicas.

Em virtude da configuração variada das diversas regiões mineiras, tem-se o desenvolvimento de redes de cidades diferenciadas, que são balizadas por aspectos econômicos, demográficos, tecnológicos, de recursos naturais, dentre outros. No entanto, as cidades não devem ser encaradas como elementos estáticos, mas sim, como organismos dinâmicos na configuração dessas redes urbanas.

Em virtude dessa dinâmica, interna e externa, a rede urbana mineira vem sendo objeto de estudo de centros de planejamento urbano, ou acadêmico, desde meados da década de 1960 (Arruda e Amorim Filho, 2002). Dentre esses estudos, alguns buscaram caracterizar e

hierarquizar as cidades mineiras visando o melhor conhecimento da distribuição espacial das diversas realidades dessas cidades. A hierarquia urbana atual apresenta as seguintes classes: cidades Metropolitanas, cidades do colar metropolitano, cidades médias e cidades pequenas. Os níveis intermediários, as cidades

médias, não apresentam características homogêneas, sendo passíveis, ainda, de serem submetidos a uma nova classificação, que funciona como uma subdivisão hierárquica. Neste trabalho, utiliza-se a classificação realizada por Amorim Filho e Abreu (1999), que apresentam as seguintes classes (Tabela 1):

TABELA 1
HIERARQUIA DAS CIDADES MÉDIAS

Nível 1	Grandes Centros Regionais	Juiz de Fora e Uberlândia.
Nível 2	Cidades Médias de Nível Superior	Alfenas, Araguari, Barbacena, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga (aglomeração), Itajubá, Ituiutaba, Lavras, Montes Claros, Passos, Patos de Minas, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Uberaba e Varginha.
Nível 3	Cidades Médias Propriamente Ditas	Araxá, Caratinga, Cataguases, Conselheiro Lafaiete, Curvelo, Formiga, Frutal, Guaxupé, Itabira, Itaúna, João Monlevade, Leopoldina, Muriaé, Ouro Preto, Pará de Minas, Paracatu, Patrocínio, Ponte Nova, Santa Rita do Sapucaí, São João del Rei, São Lourenço, São Sebastião do Paraíso, Teófilo Otoni, Três Corações, Ubá, Unaí e Viçosa.
Nível 4	Centros Emergentes	Abaeté, Aimorés, Além Paraíba, Almenara, Andradas, Araçuaí, Arcos, Bambuí, Barão de Cocais, Boa Esperança, Bocaiúva, Bom Despacho, Campo Belo, Carangola, Carlos Chagas, Carmo do Paranaíba, Caxambu, Congonhas, Conselheiro Pena, Corinto, Diamantina, Dores do Indaiá, Ibiá, Itabirito, Itambacuri, Itapeçerica, Iturama, Janaúba, Januária, Jequitinhonha, João Pinheiro, Lagoa da Prata, Machado, Manhuaçu, Manhumirim, Mantena, Mariana, Monte Carmelo, Nanuque, Nova Era, Nova Serrana, Oliveira, Ouro Branco, Ouro Fino, Pedra Azul, Pirapora, Pium-i, Raul Soares, Resplendor, Sacramento, Salinas, Santa Bárbara, Santos Dumont, São Gonçalo do Sapucaí, São Gotardo, Três Pontas, Tupaciguara e Visconde do Rio Branco.

Fonte: Amorim Filho e Abreu (1999)

Em detrimento das várias características que norteiam a noção de cidade média, este trabalho se prende ao recente crescimento dos níveis de qualidade de vida que esses organismos urbanos ostentam. Os outros níveis da hierarquia urbana apresentam uma dualidade no quesito em debate. As cidades de níveis mais elevados na hierarquia urbana que, em geral, ocupam posições geoeconômicas privilegiadas, possuem funções mais especializadas e uma melhor infra-estrutura, trazem consigo os problemas relacionados ao seu crescimento. No outro extremo, as cidades pequenas, que são a grande maioria das cidades mineiras, carecem de recursos necessários à melhoria da qualidade de vida. Portanto, é importante reafirmar que, em virtude da posição intermediária das cidades médias na hierarquia urbana mineira, a noção de qualidade de vida vem alcançando patamares elevados, ao longo dos últimos anos.

O IDH-M de 2000 confirma o crescimento recente que as cidades médias mineiras estão alcançando. Todavia, antes que se apresentem os seus resultados, torna-se importante entendê-lo melhor.

3 – O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é um índice de caráter universal utilizado para se medir o desenvolvimento humano de países ou regiões. Ele é calculado desde 1990 para todos os países do mundo. A aplicação dessa metodologia na escala municipal recebe o nome de IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) (FJP; IPEA; PNUD, 2005).

O IDH-M tem por objetivo representar a complexidade de um município em termos do desenvolvimento humano que ele apresenta. Para tanto, são considerados três componentes que são encarados como essenciais para a vida das pessoas, quais sejam: educação, longevidade e renda, sendo que esses componentes são caracterizados por um conjunto de indicadores (FJP; IPEA; PNUD, 2005).

No que se refere à educação, o cálculo do IDH-M considera dois indicadores, com pesos diferentes: a taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade, com peso 2, e a taxa bruta de frequência à escola, com peso

1. O primeiro indicador é o resultado da razão entre o número de pessoas com mais de 15 anos capazes de ler e escrever um bilhete simples, ou seja, o número de adultos alfabetizados e o número de pessoas com mais de 15 anos residentes no município. O segundo indicador é obtido através da razão entre o número de pessoas que estão freqüentando a escola, independente da idade, e a população do município na faixa etária de 7 a 22 anos de idade (FJP; IPEA; PNUD, 2005).

No tocante a longevidade, o IDH-M leva em conta a expectativa de vida ao nascer para o ano em estudo e, para a avaliação da renda, o critério utilizado é a renda municipal *per capita* em dólares PPC (paridade de poder de compra), ou seja, a renda média dos moradores do município com correções que possibilitem sua comparação (FJP; IPEA; PNUD, 2005).

Definidos os indicadores, são calculados subíndices específicos para cada um dos três componentes. O IDH-M de cada município é a média aritmética desses três subíndices, de modo a resultar num valor entre 0,0 e 1,0. Quanto mais próximo de 1, melhor as condições de desenvolvimento humano, e quanto mais próximo de 0,0, piores são essas condições. A classificação do IDH-M considera como baixo desenvolvimento humano o intervalo entre 0,0 e 0,5; como médio desenvolvimento humano o intervalo entre 0,5 e 0,8 e alto desenvolvimento humano o intervalo entre 0,8 e 1,0 (FJP; IPEA; PNUD, 2005).

4 – METODOLOGIA

Para materialização do presente estudo trabalhou-se com os dados de IDH-M e seus componentes: IDH-M educação, IDH-M longevidade e IDH-M renda, para o ano de 2000, do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Trata-se de um trabalho elaborado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento), IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) e pela FJP (Fundação João Pinheiro). Os dados desagregados do IDH-M permitem uma análise da participação individual de cada um de seus componentes na definição desse índice.

Depois da organização desses dados, deram-se início às análises a partir da utilização de estatísticas descritivas, visando conhecer

melhor a distribuição e o comportamento espacial do IDH-M em Minas Gerais.

Ao final, trabalhou-se, com o mapeamento do IDH-M e de seus componentes, com o fito de visualizar e analisar a sua distribuição espacial.

5 - RESULTADOS

Nos cálculos para o Estado de Minas Gerais, o valor do IDH para o ano de 2000 foi de 0,773, caracterizando-o como de médio desenvolvimento humano e representando uma evolução positiva de mais de 10% em relação a 1991. Mas este crescimento não aconteceu de maneira uniforme entre todos os municípios.

Comparado com os dados de 1991, o IDH-M de 2000 revela uma tendência recente. As cidades médias estão apresentando um crescimento de sua qualidade de vida, mais acelerado do que as cidades que ocupam posições mais elevadas na hierarquia urbana, na última década. No IDH-M de 1991, Belo Horizonte, a capital mineira, era o município que apresentava o IDH-M mais elevado. No último cálculo, para o ano de 2000, essa posição passou a ser de Poços de Caldas, uma cidade média de nível superior, seguida de São Lourenço, uma cidade média propriamente dita.

Os resultados estatísticos mostram que o IDH-M 2000 representa a heterogeneidade de Minas. O IDH-M médio dos municípios do Estado em 2000 foi de 0,718. Porém, ao mesmo tempo em que existem municípios com o IDH-M considerado de alto desenvolvimento humano, como Poços de Caldas (0,841), existem ainda, os municípios que se apresentam no limiar entre o baixo e o médio desenvolvimento humano, como Setubinha (0,568).

O subíndice educação foi o que mais colaborou para o crescimento do IDH-M entre 1991 e 2000, seguido por longevidade e renda, respectivamente. Mas é importante destacar, conforme menciona Paiva (2003: 94), que “embora a alfabetização da população tenha crescido, o que mais puxou a evolução educacional foi a taxa bruta de frequência à escola”. Isso reflete o esforço dedicado à universalização do ensino, feito em Minas Gerais e em todo o Brasil, especialmente no decorrer da década de 90. Mas esse indicador

revela apenas a atenção dedicada ao acesso das pessoas à escola, em detrimento da qualidade do ensino ofertado.

A distribuição espacial do IDH-M confirma a heterogeneidade de Minas. A partir da análise dos mapas, tem-se uma melhor visualização dessa distribuição. O mapa 01 representa a distribuição espacial do IDH-M do ano de 2000. Nota-se, em primeiro lugar, que o Estado de Minas Gerais apresenta uma divisão geográfica clara, onde coexistem duas realidades distintas, a porção norte/nordeste apresentando os níveis de IDH-M mais baixos em detrimento das outras porções do Estado.

Porém, na área de Minas que apresenta os menores valores de IDH-M, mencionada acima, alguns municípios se destacam por apresentarem um índice mais elevado, quais sejam, Montes Claros, Governador Valadares, Timóteo, Ipatinga e Coronel Fabriciano. Ambos se enquadram na categoria de cidades médias.

Ainda analisando o mapa 01, pode-se inferir que as grandes concentrações de municípios com os maiores níveis de IDH-M se encontram nas regiões do triângulo, Centro Oeste, no Sul de Minas e, em menor quantidade, na Zona da Mata e no entorno de Belo Horizonte. Tal distribuição representa as graves desigualdades regionais de Minas Gerais.

O mapa 2 confirma a posição de destaque das cidades médias no que se refere à qualidade de vida. Considerando-se e mantendo a classificação do IDH-M realizada pela FJP, IPEA e PNUD, o Estado de Minas Gerais apresenta 38 municípios que se enquadrariam na categoria de alto desenvolvimento humano. Desses 38 municípios, 85% são classificados como cidades médias, obedecendo a classificação de Amorim Filho e Abreu (1999). As cidades médias que pertencem a essa categoria se sobressaem em relação a outras importantes cidades, como as do colar metropolitano que são muito influenciadas pela capital mineira, Belo Horizonte

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre qualidade de vida em cidades médias está na sua fase inicial e ainda carece de muitos estudos. Mas é inegável a importância dessa temática na geografia, principalmente diante do aumento da qualidade

de vida dessas cidades na última década. Sobre o tema, existe um grupo de pesquisadores chilenos¹ que propõe a construção de um modelo que visa medir a qualidade de vida, no nível intra-urbano das cidades médias, nas escala do bairro ou outras subdivisões municipais.

Este trabalho que ora apresentamos objetivou contribuir para o preenchimento de uma lacuna, que é o estudo sobre qualidade de vida nas cidades médias. Ele revelou a importância dessa temática utilizando os dados de IDH-M de 1991 e 2000, onde algumas cidades médias se sobressaem em relação à capital do Estado e de outras cidades importantes na hierarquia urbana. Mostrou ainda que existe uma realidade geográfica dual e inversa, onde a porção norte/nordeste apresenta os menores índices de desenvolvimento humano em detrimento das outras regiões do Estado, confirmando a existência de discrepantes desigualdades regionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, M. A.; AMORIM FILHO, O. B. Os Sistemas Urbanos. In: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. BDMG. *Minas Gerais do Século XXI: reinterpretando o espaço mineiro*. Belo Horizonte: BDMG, 2002. vol 2, cap. 5. p. 185-248.

AMORIM FILHO, O. B.; ABREU, J. F. *Os eixos de desenvolvimento em Minas Gerais e suas tecnópolis*. Belo Horizonte – PUC-Minas. 1999, Mimeo.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA, PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. *Índice de desenvolvimento Humano dos Municípios Brasileiros-IDH*. Disponível em: <[http://www.fjp.gov.br/publicacoes/indicadedesenvolvimentohumanodosmunicipiosbrasileiros-idh\(fjp/ipea/pnud\).html](http://www.fjp.gov.br/publicacoes/indicadedesenvolvimentohumanodosmunicipiosbrasileiros-idh(fjp/ipea/pnud).html)>

PAIVA, J. E. M. *Mapeando a Qualidade de Vida em Minas Gerais Utilizando dados de 1991 e 2000*, 2003. 157 f. Tese (Doutorado em

Geografia, Análise da Informação Espacial) – IGCE/Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

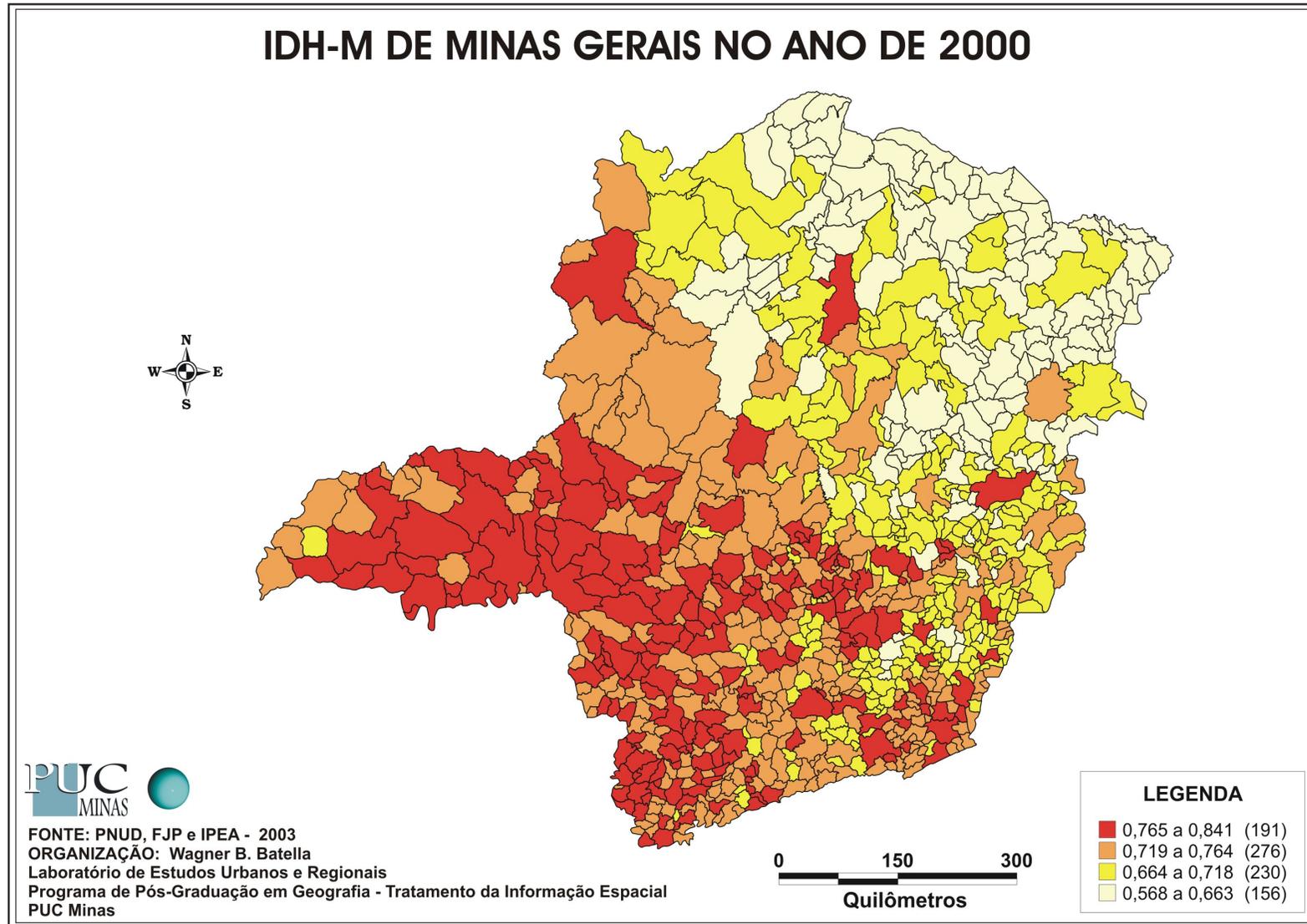
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA, FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*, 2003.

1-Geógrafo, Bolsista do CNPq – Brasil, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial da PUC Minas.

2-PhD em Geografia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial da PUC Minas

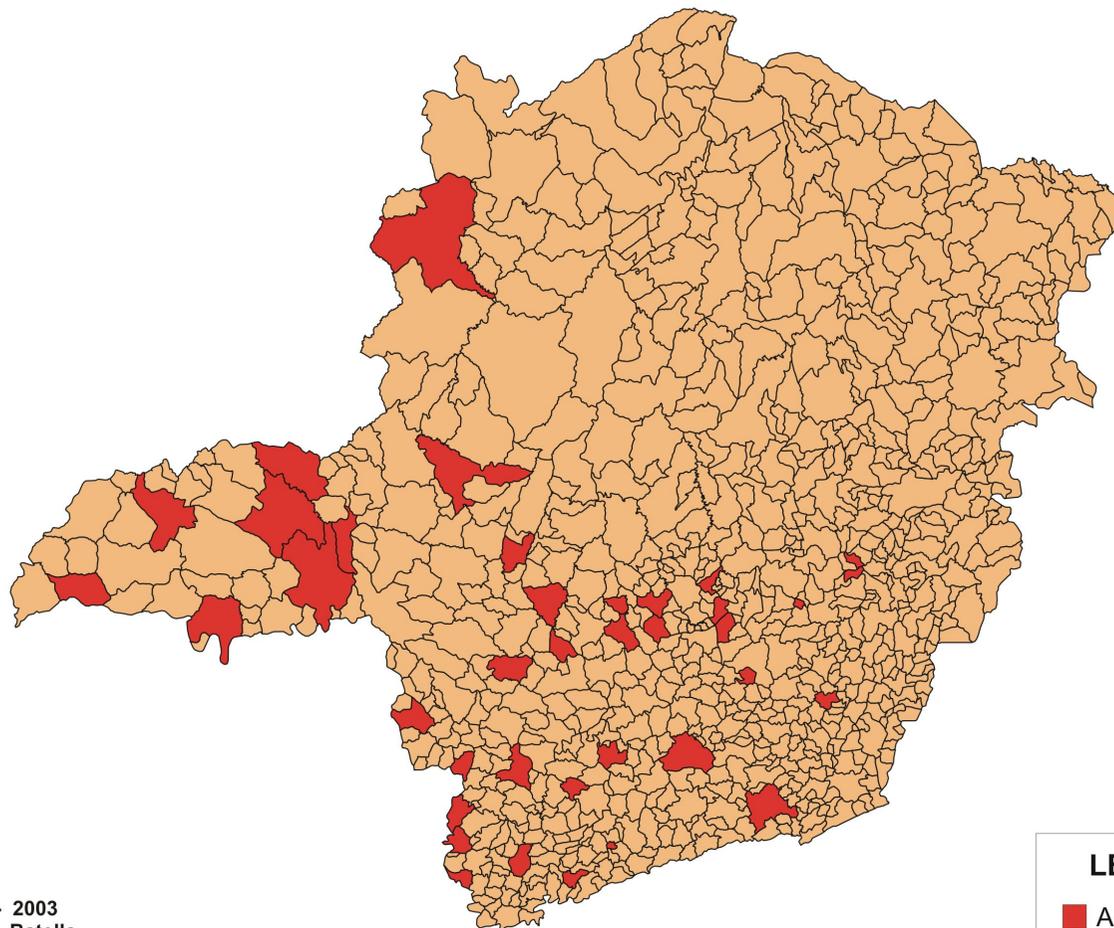
3-Trata-se dos professores Dídima Olave Farias, Hugo Bodini Cruz-Carrera e Edelmira González González, que formularam o trabalho: Metodologia para detectar Calidad de Vida e Ciudades Intermédias (Chillán, Universidad del Bio-Bio, 1995).

MAPA 1
IDH-M de Minas Gerais – 2000

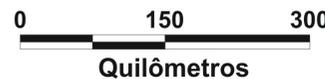


MAPA 02
CLASSIFICAÇÃO DO IDH-M de Minas Gerais – 2000

CLASSIFICAÇÃO DO IDH-M DE MINAS GERAIS NO ANO DE 2000



FONTE: PNUD, FJP e IPEA - 2003
ORGANIZAÇÃO: Wagner B. Batella
Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais
Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial
PUC Minas



LEGENDA

■ ALTO	(38)
■ MÉDIO	(815)
■ BAIXO	(0)